



## **(DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL, FRONTEIRA E O ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS: CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

### **REGIONAL DISEMBEDDIMENT, FRONTIER AND THE SPACE OF AGRIBUSINESS IN TOCANTINS: ECONOMIC GROWTH WITHOUT INCOME DISTRIBUTION**

Roberto Souza Santos<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é demonstrar e analisar os indicadores sociais dos municípios tocantinenses de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional no período de 1991 a 2010 onde atua o agronegócio. O que se percebe é que os índices de qualidade de vida social dos municípios analisados não correspondem aos índices recomendados pela Organização das Nações Unidas. A elaboração do texto baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o debate teórico a respeito da relação entre a atividade econômica do agronegócio e as condições sociais da população local. Os procedimentos metodológicos basearam-se no método qualitativo. Tais procedimentos foram organizados e executados a partir de uma análise teórico-crítica sobre os desdobramentos sociais da fronteira capitalista no Tocantins. Os impactos negativos provenientes do agronegócio são de grandes proporções. A grande concentração de terras para a produção de monoculturas como a soja, acaba apropriando dos espaços produtivos dos pequenos proprietários de terras. Por outro lado, os camponeses não dispõem de recursos financeiros para investir em tecnologia para produzir em maior escala e concorrer com o grande produtor. Os grandes latifúndios muito embora concentrem uma grande área de lavoura, não empregam muitos trabalhadores, parcela da mão de obra oferecida é automatizada. O plantio e a colheita da produção são realizados de forma mecanizada e sazonal, o que exige uma mão de obra técnica, que muitas vezes não absorve a mão de obra disponível nas regiões em que se instalam a atividade econômica do agronegócio.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Fronteira Capitalista. Indicadores Sociais. Políticas de Desenvolvimento Regional.

#### **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to demonstrate and analyze the social indicators of the Tocantins municipalities of Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusion, Pedro Afonso and Porto Nacional from 1991 to 2010 where agribusiness operates. What can be seen is that the social quality of life indices of the municipalities analyzed do not correspond to those recommended by the United Nations. The elaboration of the text was based on a bibliographical review about the theoretical debate about the relationship between the agribusiness economic

---

<sup>1</sup>Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro (SP). Universidade Federal de Tocantins. Tocantins. Brasil. E-mail: [robertosantos@uft.edu.br](mailto:robertosantos@uft.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4373-6443>

activity and the social conditions of the local population. The methodological procedures were based on the qualitative method. These procedures were organized and executed based on a theoretical and critical analysis of the social developments of the capitalist frontier in Tocantins. The negative impacts from agribusiness are of major proportions. The large concentration of land for the production of monocultures such as soybeans ends up appropriating the productive spaces of small landowners. On the other hand, farmers do not have the financial resources to invest in technology to produce on a larger scale and compete with the large producer. The large estates, although they concentrate a large area of cultivation, do not employ many workers, part of the offered labor is automated. The planting and harvesting of the production are carried out in a mechanized and seasonal manner, which requires a technical labor force, which often does not absorb the available labor force in the regions where the agribusiness economic activity is located.

**Keyword:** Agribusiness. Capitalist Frontier. Social Indicators. Regional Development Policies.

**Como citar este artigo:** SANTOS, Roberto Souza. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 3-35, 08 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2509>

**Artigo recebido em:** 03/11/2019

**Artigo aprovado em:** 11/12/2019

**Artigo publicado em:** 08/01/2020

## INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é demonstrar e analisar os indicadores sociais dos municípios tocantinenses de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional no período de 1991 a 2010 onde atua o agronegócio. A questão central dessa pesquisa foi comparar o crescimento econômico com os indicadores sociais dos municípios analisados impactados pelo agronegócio e observar o desempenho dos indicadores sociais no período estudado. O delineamento destes objetivos da pesquisa tem como finalidade orientar o encaminhamento da pesquisa teórica e empírica para a elaboração do artigo. Foi a partir destes objetivos que a elaboração e organização dos argumentos teóricos e empíricos do texto foram executados.

O artigo é resultado de pesquisas teóricas e empíricas. A discussão teórico-metodológica procedeu-se de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado e das experiências e pesquisas de campo durante a execução dos projetos. A abordagem dialética orientou os procedimentos metodológicos da pesquisa, cuja análise valeu-se de aspectos materiais e sociais, partindo da premissa de que a realidade só é compreendida em direção à totalidade.

Para realização da pesquisa empírica foram escolhidos de forma estratégica os municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Porto Nacional e Pedro Afonso que foram selecionados pelo capital do agronegócio como espaço estratégico para a sua reprodução. As razões estratégicas para a definição destes municípios para o universo da pesquisa empírica, baseou-se no fato em que tais municípios são os espaços que mais se destacaram na atividade econômica do agronegócio nos últimos anos. Portanto, é perfeitamente compreensível que estes municípios representam os recortes espaciais com maior possibilidade de qualificar empiricamente os objetivos da pesquisa.

Em um primeiro momento foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a temática proposta da pesquisa. A busca de documentos comprobatórios possibilitou a análise crítica e coerente sobre o (des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins. Este procedimento teórico-metodológico abriu espaço para o direcionamento e execução do trabalho de campo. A segunda tarefa para elaboração do artigo foi o levantamento de dados estatísticos. Por meio de análise dos dados estatísticos levantados nos bancos de dados da Secretaria de Planejamento do Tocantins e do Atlas de Desenvolvimento Humano– PNUD possibilitou direcionamento da pesquisa empírica. A partir do levantamento e análise dos dados estatísticos foi possível observar a evolução e as tendências do desenvolvimento humano nos municípios analisados. Outra etapa foi a execução dos objetivos propostos na pesquisa. Após a execução destes procedimentos metodológicos, procedeu-se a compilação, organização das ideias e interpretação dos dados e informações teóricas e empíricas disponíveis na literatura adotada.

O artigo faz referência à fronteira pioneira na região de Tocantins onde a ocupação humana e econômica foi condicionada pelas políticas de (des)envolvimento regional. Os conceitos de fronteira de expansão e de frente pioneira analisados partem da literatura bibliográfica de José de Souza Martins e do geógrafo Pierre Monbeig. Para José de Souza Martins os conceitos de fronteira de expansão e frente pioneira são noções diferentes. As noções de fronteira de expansão e frente pioneira entre geógrafos e antropólogos são debatidas teoricamente de forma diferente. Para Martins (1997) quando os geógrafos dizem frente pioneira, indica uma das faces da reprodução ampliada do capital. Os antropólogos usam a noção de frente de expansão considerando as comunidades indígenas na fronteira.

A frente de expansão é entendida como o primeiro momento de ocupação demográfica do espaço pelo homem branco. Já a frente pioneira se refere a fronteira que se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social (MARTINS, 1997). A frente pioneira já é a fronteira capitalista. Entretanto, a noção de fronteira capitalista trabalhada no texto, se refere o espaço onde a frente modernizadora capitalista do agronegócio chegou e se caracteriza muito mais por uma ocupação econômica do que uma ocupação demográfica.

O termo (des)envolvimento no texto refere a concepção positivista que significa dominação do homem e da natureza. A ideia de *desenvolvimento* sintetiza o projeto civilizatório, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social – democrata e socialista. Para Porto-Gonçalves (2011), *desenvolvimento* é o nome síntese da ideia de *dominação da natureza*, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. “A ideia de desenvolvimento está associada à modernidade – ser moderno é ser

desenvolvido, é estar em desenvolvimento – e, também aqui, se olvida de que a modernidade é incompreensível sem a colonialidade” (PORTO; GONÇALVES, 2011, p. 64). Para o referido autor:

[...] *dês-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) a natureza como, também, separá-los entre si, individualizando – os. [...] *dês-envolver*, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista (p. 81).

Quanto mais *atividades segundas* ampliem as necessidades de todos e quanto mais concentrada e desigualdade distribuídas espacialmente essas demandas – vide as diferentes pegadas ecológicas - mais exigem que as *atividades primeiras* as elas se subordinem e, com isso, estabelecem aquilo que A. Giddens chamou de *desençaixe*, que melhor seria chamar de *dês - envolvimento*, implicando uma geografia do mundo moderno, (e, sabemos, colonial) que tenha *povos e lugares primeiros* aos quais se impõe viver em função dos *povos e lugares segundos*, posto que estes não vivem e não ser pelo *dês-envolvimento* dos primeiros, na medida que tem que garantir que a matéria - energia necessária venha desses outros lugares. O atual *desençaixe*, para voltar e usar a expressão de Giddens, entre os lugares que detêm a diversidade biológica e cultural atualiza o histórico e desigual padrão de territorialidades que se aguçam nesse período de globalização neoliberal (PORTO; GONÇALVES, 2011, p. 279) (Grifos do autor).

A lógica do (des)envolvimento no plano da cultura e da vida social dos diversos povos considerados não modernos acontece, quando o modo de produção capitalista impõe a sua racionalidade econômica a partir do modelo de (des)envolver. Ou seja, o projeto capitalista moderno ao (des)envolver os povos ao mundo capitalista, destrói a cultura dos povos (não modernos). Para Porto-Gonçalves “[...] *dês-envolve* os diferentes *habitats*, os diferentes ecossistemas, os mais diferentes povos, culturas e regiões” (2011, p 85). (Des)envolver é tirar o envolvimento, a autonomia e a sustentabilidade da cultura dos diversos povos e, sobretudo, compromete os seus territórios. É incorporar as diversas culturas à cultura Ocidental a partir da destruição das outras culturas. A formação da fronteira capitalista, necessariamente, passa por essa lógica de (des)envolver a cultura e os territórios das comunidades indígenas, ribeirinhos, camponeses. O modo de produção capitalista ao se (des)envolver os sujeitos sociais, individualiza-os.

Segundo Bellingieri (2017), as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica como líder no dinamismo do crescimento. Trata-se do paradigma de *cima para baixo*, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento. Segundo o referido autor, são quatro os principais modelos de desenvolvimento regional. Um modelo é o da Teoria da Base de Exportação que se refere aos níveis de produção e de emprego de uma região que dependem de suas atividades exportadoras, as quais dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região. Como é o caso dos municípios analisados no texto.

O outro modelo é o de Causação Circular Cumulativa, que tem em Gunnar Myrdal seu principal autor, refere-se à ideia de ciclo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual, um fator negativo (ou positivo) é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos). Por exemplo, a instalação de uma nova

indústria ou a intensificação de uma determinada atividade econômica em uma determinada região causará aumento da renda e da demanda local que, por sua vez, provocará aumento da renda e da demanda nas demais atividades, configurando-se um processo de causação circular cumulativa.

Um terceiro modelo é o de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, de Albert Hirschman, que aborda como o desenvolvimento econômico pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra. Segundo esta teoria, o desenvolvimento dá-se pela capacidade de investir, que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local.

O quarto modelo é o dos Polos de Crescimento, baseado em François Perroux e Jacques R. Boudeville, que refere a formação de um polo que surge a partir de uma indústria motriz, que se desenvolve mais rápido do que as outras indústrias da região. Sua taxa de crescimento é mais elevada do que a taxa média de crescimento da economia nacional. Esta indústria motriz funciona como agente do dinamismo econômico regional, atraindo outras indústrias, criando aglomeração populacional e estimulando a criação de atividades primárias e terciárias na região de seu entorno.

Estas noções teóricas de modelo de desenvolvimento dizem respeito ao crescimento econômico e à prosperidade da economia de mercado. Estes postulados teóricos dizem respeito a um espaço econômico que se limita às questões de fluxo, é um espaço euclidiano como afirma Lipietz (1988). Para este autor, a concepção dos economistas de espaço diz respeito aos espaços matemáticos, extremamente abstratos. Trata-se de forma geral de espaços euclidianos. O espaço econômico se apresenta então como um conjunto discreto de pontos, com uma “distância” entres eles. O espaço euclidiano representa duas formas de uma mesma percepção empírica de um espaço homogêneo, no qual se desenvolvem os fatos econômicos. A noção de espaço na Geografia deve ir além da descrição mensurável. Além do mais, o espaço social não é homogêneo e sim desigual e complexo.

As noções de desenvolvimento regional trabalhadas na área do conhecimento das ciências humanas dedicadas as abordagens de cunho regional em uma interpretação positivista, estão muito preocupadas em destacar os aspectos do progresso, da prosperidade das atividades econômicas em determinada região ou localidade. Entretanto, é fácil constatar que esta abordagem sobre desenvolvimento regional não procura de forma explícita destacar as contradições sociais geradas pela economia de mercado nas regiões. Na verdade, este desenvolvimento regional é um (des)envolvimento regional ou o não envolvimento para as classes e segmentos sociais como camponeses, trabalhadores, indígenas, ribeirinhos e quilombolas no progresso gerado nas regiões. Vale salientar que no caso dos indígenas, não é muito interessante para eles, a sua integração ao mundo moderno. É a partir desta interpretação teórica que o uso do termo (des)envolvimento regional é trabalhado no texto.

Em um primeiro tópico, o texto aborda teoricamente sobre a noção de frente de expansão e frente pioneira. Neste tópico, é trabalhado as políticas territoriais de (des)envolvimento no processo de formação da frente pioneira e da fronteira capitalista no Tocantins. Em um segundo tópico o texto aborda sobre a importância dos programas de investimentos e eixos de (des)envolvimento regional na formação da fronteira capitalista no Tocantins. No terceiro tópico, é analisado o processo de construção e formação do espaço do Tocantins da fronteira pioneira ao espaço estratégico do agronegócio. No quarto tópico, o texto procura caracterizar

os municípios analisados e considerados estratégicos pelo agronegócio para a produção de *commodities*. No quinto tópico, o texto aborda sobre a relação da atividade econômica do agronegócio e (des)envolvimento regional e humano. O último tópico, o autor procura fazer uma reflexão sobre o tema debatido e analisado.

## **A FRONTEIRA DE EXPANSÃO E FRENTE PIONEIRA E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS DE (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL NO TOCANTINS**

Como foi mencionado no tópico da introdução do texto, de que a frente de expansão e frente pioneira são noções distintas de espaço, é importante destacar que enquanto frente de expansão representa um primeiro momento de ocupação da fronteira no espaço geográfico, a frente pioneira representa uma etapa posterior do processo social e econômico da formação das regiões dentro da sociedade capitalista. Ou seja, a frente pioneira representa outra temporalidade da formação social e econômica do modo de produção capitalista nas regiões onde se instala. A frente pioneira é o espaço onde se cria o novo, a nova sociabilidade, instala a economia de mercado de forma mais acabada e o processo de modernização se espacializa e territorializa. Para o pesquisador social José de Souza Martins a frente de expansão se refere a um espaço em que há ao mesmo tempo, indígenas, camponeses e trabalhadores e posseiros, ou seja, um espaço que há tempos distintos do indígena e do homem branco. A frente pioneira se refere um momento temporal da sociedade capitalista em dado espaço regional (MARTINS, 1997).

Para Martins (1997), os conceitos de fronteira de expansão e frente pioneira, são noções distintas. A partir deste pressuposto, Martins procura fazer um debate teórico sobre as noções de fronteira de expansão e frente pioneira entre geógrafos e antropólogos. Para o referido autor, os geógrafos nos anos 1940 nomearam fronteira de zona pioneira, outras vezes frente pioneira. Segundo o autor, quando os geógrafos dizem frente pioneira, indica uma das faces da reprodução ampliada do capital: terra como mercadoria, negócios imobiliários – fronteira capitalista.

Ainda que os geógrafos tenham acentuado a importância da urbanização, das modernas vias de comunicação, dos empreendimentos econômicos modernos, da mentalidade moderna, sugeriram com razão a precedência dos fatores econômicos no deslocamento da frente pioneira, a conversão da terra em mercadoria. Entretanto, esta noção de fronteira fica muito restrita ao fator econômico e não foca o indígena e as comunidades tradicionais como quilombolas e ribeirinhos.

Segundo Martins (1996), Monbeig (1952) define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no Oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitariamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão. As concepções de frente de expansão e de frente pioneira são apenas designações através das quais os pesquisadores reconhecem face dos diferentes modos de analisar como os civilizados se expandem territorialmente (MARTINS, 1996). Geógrafos como Pierre Monbeig,

Leo Wabel e outros nos anos de 1940 e 1950 já faziam o debate como recomenda José de Souza Martins. Suas preocupações teóricas com o indígena na fronteira tornaram-se objeto de análise.

Quanto aos antropólogos, Martins diz que nos anos 1950 se definem essas frentes de deslocamento da população “civilizada” e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como frente de expansão. Para Darcy Ribeiro, as frentes na Amazônia constituem fronteiras civilizatórias. Frente de expansão é conhecida por antropólogos, historiadores e sociólogos. Esta expressa a concepção de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios, mas tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o pequeno produtor moderno e o empreendedor. Os antropólogos estão preocupados com os impactos da expansão branca sobre a população indígena. Os antropólogos quando falam de frente de expansão, geralmente, referem-se a frente demográfica - não necessariamente econômica (MARTINS, 1997).

A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a *diferença* apareça, na verdade, como *atraso*. As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corrompem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. (MARTINS, 1996).

O debate teórico sobre frente de expansão para Martins (1996) ficou caracterizada como uma frente demográfica de populações camponesas e a população de baixa renda vinculadas ao mercado. O avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, geram conflitos entre grandes proprietários de terra, camponeses e indígenas. Em resumo, a frente de expansão e a frente pioneira representam temporalidades distintas da etapa do processo de formação dos espaços regionais onde o capitalismo está em expansão. São duas realidades contraditórias, um espaço contraditório social e economicamente.

A temporalidade da frente de expansão (espaço do indígena, camponeses, quilombolas, etc.) e a temporalidade da frente pioneira (espaço do latifundiário, do empresário, do mercado – espaço do capitalismo) representam um espaço dialeticamente contraditório. Juntamente com a frente pioneira vem o processo de modernização capitalista onde as empresas e latifundiários e representantes do agronegócio se territorializam dos espaços produtivos. Esse processo de territorialização é o que é chamado de fronteira capitalista no texto. Todo esse processo representa diferentes estágios contraditórios da formação dos espaços regionais dentro do modo de produção capitalista. Ou seja, os diferentes estágios de (des)envolvimento na fronteira capitalista geram espaços contraditórios e conflitos sociais entre os diversos grupos sociais ali existentes. Os espaços de conflitos sociais são elementos que compõem a fronteira capitalista.

Para a compreensão desta fronteira capitalista no Brasil, é necessário distinguir, no interior das fronteiras - a fronteira demográfica, econômica e política. A fronteira política diz respeito a um projeto geopolítico governamental com objetivo de instaurar o povoamento no interior do país e, sobretudo, ter o controle político territorial do espaço. A fronteira econômica se refere, sobretudo, ao processo de (des)envolvimento econômico regional e territorial e a expansão do modo capitalista de produção. E a fronteira demográfica se refere ao povoamento e ocupação humana na fronteira. A frente pioneira inclui estas fronteiras (demográfica, política

e econômica) que resume no processo de consolidação do modo de produção capitalista no interior do país. A fronteira de ocupação demográfica e econômica tem um viés geopolítico de manipular o espaço. Não resta dúvida que o povoamento e o processo de colonização de novas terras na fronteira é um jogo de interesses políticos, geopolíticos e econômicos para a consolidação do modo de produção capitalista.

Segundo Nogueira (2013), no entendimento de Monbeig, as frentes pioneiras paulistas têm no imaginário da expansão territorial da sociedade brasileira, desde ao menos a Era Vargas, iniciada em 1930, a compreensão do processo de formação do país à integração do território. Isto é, ao imperialismo interiorizado exercido dentro dos limites do Estado nacional e por ele incentivado em programas colonizadores oficiais como o “Marcha para o Oeste”. Certo que essa ideia busca compreender, inicialmente, o modo como o tema das frentes pioneiras foi analisado no Brasil por Pierre Monbeig.

Monbeig ressalta a sobreposição de circunstâncias políticas e econômicas mundiais, regionais e locais num complexo e intrincado jogo de escalas dentro do contexto da fronteira, onde há formas muito distintas de organização territorial, influenciando diretamente nos movimentos de conquista e ocupação de terras. Sobre a fronteira da Marcha para o Oeste em meados da década de 1940, Monbeig observa que:

Reduzir a marcha para o Oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a Marcha para o Oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico (MONBEIG, 1952, p. 105).

Ou seja, segundo Monbeig (1952) a Marcha para o Oeste contribuiu para a fronteira no Oeste e para o Norte brasileiro, como forma da ocupação humana e econômica e, sobretudo, essa fronteira deve ser entendida no contexto da civilização capitalista.

Diante deste ensaio teórico, o conceito de frente pioneira analisado por Pierre Monbeig (1952) e Martins (1996, 1997) está de acordo com as orientações colocadas de fronteira como um espaço do conflito social e étnico. No contexto amazônico, debater este conceito se justifica pelo fato da Amazônia ser um espaço que atualmente, encontra-se em expansão do capitalismo. Ao mesmo tempo em que de um lado, temos o agronegócio baseado na biotecnologia e na biogenética, de outro temos, economias baseadas ainda na extração tradicional e atividades econômicas praticamente caracterizadas pelo extrativismo vegetal e mineral sem um processo de inovação industrial.

Na Amazônia e no Tocantins temos a fronteira agrícola nos moldes capitalistas em que no seu interior contém os ingredientes do agronegócio. A fronteira agrícola mecanizada (capitalista) caracteriza-se pela incorporação de equipamentos industriais como máquinas, colheitadeiras, plantadeiras, aviões para borrifar a plantação, o uso de agrotóxicos e fertilizantes. Neste momento de ocupação do espaço, temos uma ocupação meramente econômica totalmente voltada para criação de *commodities* e não mais uma preocupação com a ocupação demográfica da fronteira. Mas as contradições sociais e internas do capitalismo neste espaço continuam. É o espaço do conflito entre fazendeiros, indígenas, ribeirinho, camponeses e quilombolas e, da concentração fundiária e de renda. Tem um agravante que talvez não tínhamos na frente pioneira, a utilização de agrotóxicos muito agressivos ao meio ambiente e aos recursos hídricos.



No debate teórico sobre a fronteira capitalista na Amazônia, é compreensível que quando se trata do mundo moderno e do mundo não moderno (camponeses, indígenas, quilombos) na reprodução do capitalismo no Tocantins, inevitavelmente, há conflitos social e cultural entre estes grupos sociais e a aristocracia agrária para a formação da fronteira capitalista. Por outro lado, o preexistente como os recursos naturais a biodiversidade, a madeira, minérios, recursos hídricos, tipos de clima, de solo, de relevo constitui uma fronteira de recursos que criara as condições ideais para a formação da fronteira capitalista. Para a criação e a formação da fronteira capitalista na Amazônia e no Tocantins necessariamente passa pela execução de políticas públicas de (des)envolvimento regional. Em um primeiro momento, a preocupação do Estado foi a ocupação humana (povoamento) da região, em um segundo momento, a preocupação do Estado é fomentar uma fronteira econômica, como é o caso da atividade econômica do agronegócio.

Para abordar este primeiro momento, podemos começar pelo antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins, que teve seu povoamento iniciado no século XVIII (1730 aproximadamente) com o ciclo do ouro. O povoamento do Norte de Goiás foi marcado por etapas distintas: período aurífero (século XVIII), agropecuário tradicional (séculos XIX e XX), colonização espontânea e oficial em zonas pioneiras (primeiras décadas do século XX), bem como os garimpos de cristal, que deram origem a algumas cidades no Norte (primeira metade do século XX): Cristalândia, Pium e Dueré. Além destes, outros fatores contribuíram também para o nascimento de algumas cidades, como: presídios militares (Araguacema) e aldeamentos (Dianópolis, Pedro Afonso, Itacajá e Tocantínia) (VINHAL, 2009). Para Silva (1996) quando os arraiais de ouro surgiram no Tocantins, já existia aqui a “picada da Bahia”, com seus arraiais de gado.

Giraldin (2002) assegura que antes da chegada dos povos não indígenas, a partir do século XVIII, a região entre os rios Araguaia e Tocantins, que hoje forma o estado do Tocantins, era povoada por diversos povos indígenas. Dentre eles podemos citar os Akroá, Xacriabá, Xavante, Xerente, Javaé, Xambioá e Karajá em sua maioria pertencentes ao grupo linguístico Macro-Jé. Somente os Avá-Canoeiros, pertenciam ao tronco linguístico Tupi. A população indígena do atual estado do Tocantins sofreu os impactos de ocupação dos não indígenas e para garantir o (des)envolvimento da região, o governo apelou por expedições armadas e construções de presídios, o que levou a dispersão e comprometendo as tribos indígenas da região.

Em um segundo momento, em que o Estado desenvolvimentista instituiu políticas de investimentos para o (des)envolvimento regional no país, as várias regiões brasileiras passam por um povoamento e crescimento de suas economias. As políticas de Marcha para o Oeste brasileiro deslocam o (des)envolvimento do Centro-Sul para a Amazônia. Nesse processo, o norte goiano também entra no eixo deste (des)envolvimento.

Durante o governo dos militares, instituiu-se políticas de (des)envolvimento que prometia resolver o problema do subdesenvolvimento brasileiro, como o Plano Nacional de Desenvolvimento. O objetivo destas políticas eram ampliar o processo de ocupação da região central e Oeste do país e, com isso garantir o abastecimento de matéria-prima para indústria que estava se destacando (a de produção de alimentos) e criar uma ponte para a posterior ocupação da Amazônia.

A ocupação demográfica e econômica do cerrado, podemos dizer que foi um terceiro momento que o capital articulado com o Estado, procurou ocupar e explorar o cerrado. No

início, o cerrado brasileiro era considerado como um lugar de terras “não produtivas”, solo seco ou de “pouca produtividade” pelo capital agrário. Com o projeto de Vargas (1930) e do governo militar (1964) de ocupação do território nacional, foram instaladas colônias agrícolas como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG, criada em 1941) e a abertura de estradas (como a Belém-Brasília) criou-se condições para a ocupação econômica do cerrado e da região amazônica.

Com o avanço tecnológico de manejo do solo e produção de sementes adaptáveis às condições climáticas e do solo, associados ao encarecimento das terras agricultáveis no Sul e Sudeste brasileiro, o cerrado se tornou um alvo importante do capital agropecuário, como ressalta Calaça (2013, p. 24):

Historicamente o cerrado foi considerado, até os anos de 1970, como áreas impróprias e inadequadas para o cultivo. Por intermédio das pesquisas agrônomicas, as propriedades do solo e o desenvolvimento de variedades de plantas adaptadas às condições edafoclimáticas<sup>2</sup> do cerrado e a indicação dos investimentos necessários ao desenvolvimento das culturas comerciais tornaram-se conhecidos.

A ocupação das terras do cerrado pelas monoculturas da soja, do arroz, do milho e da cana-de-açúcar tem avançado do Centro-Oeste para o Norte do Brasil, concretizando os objetivos do governo brasileiro, lançados na década de 1930 e após 1964, de expandir o processo de ocupação dessas áreas, avançando até a Amazônia. No primeiro momento através de colônias agrícolas e atualmente pelo agronegócio.

As políticas de (des)envolvimento regional adicionada com o progresso tecnológico e científico propiciaram a ocupação econômica do cerrado. O Tocantins, a unidade mais recente da federação e incorporada à Amazônia Legal, traz em sua paisagem o cerrado, assemelhando-se em muitos aspectos à Região Centro-Oeste, sobretudo no processo de expansão do agronegócio.

Existe um vultoso investimento em infraestrutura com o objetivo de atrair os empresários do agronegócio para a região do cerrado e o estado do Tocantins, em detrimento a sua localização e suas características topográficas. A prova disso está na construção de rodovias que interligam, o centro ao sul, ao Sudeste, ao Nordeste e ao Norte do país, como a Belém-Brasília que liga Anápolis à Belém, cruzando o Tocantins de norte a sul, e a construção da ferrovia Norte-Sul, cuja finalidade baseia-se no escoamento da produção de grãos. Estes investimentos criaram condições favoráveis para a formação da fronteira capitalista para a ampliação do agronegócio na região.

---

<sup>2</sup>As características edafoclimáticas são definidas através de fatores do meio como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial. As condições edafoclimáticas são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas.

## PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS E EIXOS DE (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante o regime militar no período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou uma série de estratégias governamentais voltadas à integração nacional e a extração de recursos naturais. Estas estratégias proporcionaram a exploração desenfreada de minérios na Amazônia e a associação entre a burguesia nacional, o Estado e grupos estrangeiros. Como explica Oliveira (1991, p. 29):

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos.

Nesse período, o governo brasileiro propagava um ideal nacionalista de defesa à integração nacional com o intuito de proteger o Brasil de invasão de países estrangeiros, especialmente aqueles que fazem fronteira com a Amazônia. A política de “Integrar para não Entregar”, na verdade, encobria intenções contrárias a isso, pois o governo brasileiro executou através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), um dos maiores projetos de ocupação e exploração de recursos minerais que já ocorreu na Amazônia, inclusive por grupos estrangeiros que emprestaram capital ao Brasil. Os juros foram pagos com minérios, principalmente ferro e manganês. Para Oliveira (1991), é nesse momento em que a lógica do grande monopólio estrangeiro se torna mais nítida: emprestam-se dólares do exterior e, para efetuar o pagamento do juro, são exportados os recursos minerais.

Além da exploração de minérios na região Amazônica, existia também outra situação conflituosa a ser levantada: a migração para a Amazônia de outras regiões brasileiras. Durante o governo do Marechal Castelo Branco, o Estado apontou uma solução para os refugiados da seca nordestina: estimular a migração dessa população para o imenso “vazio demográfico” que representava a Amazônia, uma terra de abundantes recursos naturais. Entretanto, quando o migrante chegou a Amazônia só encontrou dificuldades e problemas com os aventureiros e grileiros.

A partir do projeto de integração nacional, com o financiamento do capital estrangeiro, iniciam-se obras de infraestrutura, como a abertura de estradas, a exemplo da rodovia Transamazônica e Belém-Brasília, cujo objetivo era possibilitar o acesso da população nordestina e empresários agropecuaristas ao interior da Amazônia. O governo brasileiro tinha o objetivo de colocar em prática a exploração econômica da Região Norte e estimulou não só a extração de recursos minerais, como também de madeira, além da expansão da atividade agropecuária em áreas de terra firme. Enquanto era financiado pelo capital estrangeiro, o Estado dava como garantia a apropriação desse território, um investimento sem riscos para os empresários que desejassem avançar nessa frente pioneira de ocupação.

É evidente que esta sempre foi a lógica do processo de expansão e reprodução do capitalismo, até aí nenhuma novidade. Entretanto, camuflar a entrega das riquezas

minerais, sobretudo da Amazônia, à aliança capital nacional/internacional sob o signo de um falso nacionalismo faz uma diferença muito grande (OLIVEIRA, 1991, p. 34).

Oliveira enfatiza que o governo brasileiro estimulou a exploração da Amazônia de forma predatória e camuflada pelo capital. Para a implementação da estratégia de integração e ocupação do interior do Brasil foram criados os programas como POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA, na década de 1970. Esses programas tinham dois objetivos principais: possibilitar o acesso aos recursos naturais por grandes grupos econômicos e reordenar os fluxos migratórios que partiam anteriormente do Nordeste para o sudeste, em direção à Amazônia. Segundo Oliveira (1991), à região do cerrado competia a ocupação de agropecuaristas vindos do Sul, onde as terras estavam com alto preço, e à Amazônia, os nordestinos que sofriam com as condições adversas de clima, do solo e da concentração fundiária na Região Nordeste.

O POLAMAZÔNIA foi criado em 1974, com o objetivo de promover a exploração da Amazônia pelas atividades agropecuárias, agroindustriais e florestais nas regiões de Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó, com a finalidade de explorar minérios e madeira.

Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos (KOHLHEPP, 2002, p. 06).

Os objetivos do POLAMAZÔNIA não obtiveram o êxito esperado, excetuando-se os investidores estrangeiros que em muito se beneficiaram com a exploração e exportação de minérios brasileiros, mas as obras de construção das estradas que cruzam o Brasil, no sentido Nordeste/Norte, em sua maioria não foram concluídas, a exemplo da rodovia Transamazônica.

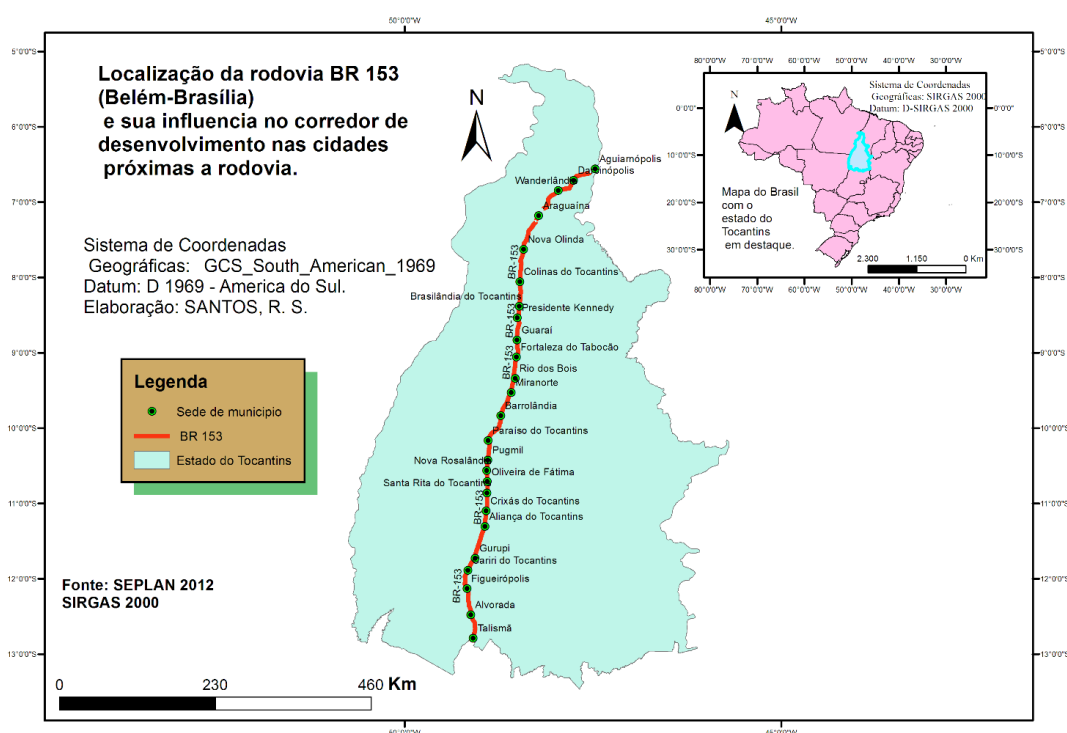
O POLOCENTRO foi criado em 1975, cuja proposta estava voltada a exploração do cerrado, principalmente o goiano e o mato-grossense. Ele objetivava a ocupação do cerrado pela soja, a fim de diminuir as tensões existentes no sul do Brasil, onde era muito cultivada. As metas a serem alcançadas pelo POLOCENTRO tiveram melhor êxito para o capital. Entretanto, a partir da implantação deste programa, a soja entre outras monoculturas de grãos está comprometendo a biodiversidade do cerrado, e expulsando a população camponesa de suas terras, através do processo de concentração de terras pelos grandes latifúndios.

No final da década de 1970 foi criado outro Programa Nacional de Desenvolvimento, o POLONOROESTE. Esse programa teve como objetivo a colonização agrícola de terras em Rondônia e Mato Grosso, através do financiamento do Banco Mundial e, procurou, além da abertura/pavimentação das rodovias, alimentar programas de colonização em Rondônia e de (des)envolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso. A regularização fundiária teve o objetivo de legalizar as terras griladas.

Além dos programas citados, o cerrado Brasileiro foi alvo de outro programa de cooperação entre o Brasil e o Japão, conhecido como PRODECER. O objetivo desse programa implementado no final da década de 1970, era a produção de *commodities* para o mercado estrangeiro. Foi implantado em três fases: a primeira no estado de Minas Gerais, a seguinte em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e a última, na década de 1990 atingiu o Tocantins e o Maranhão.

Dentro do projeto de integração nacional pensado por Vargas e concretizado no governo de Juscelino Kubitschek, foi construída a rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília, que cruza o estado do Tocantins de norte a sul como podemos observar no Mapa nº 01 a seguir. O mapa demonstra a importância da rodovia no processo de urbanização por ela passa. O objetivo dessa rodovia era integrar o Meio-Norte ao Centro-Sul do Brasil, tornando-a a principal via de escoamento da produção e acesso aos estados do Tocantins e Goiás. Como ressalta Souza (2002, p. 353) “através da política desenvolvimentista, a expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geograficamente e economicamente as várias regiões do país”. Os programas de (des)envolvimento para a Amazônia tinha um discurso que o progresso e o (des)envolvimento iria chegar na Amazônia, mas isso não ocorreu como o previsto.

Figura 1 – Mapa BR – 153 (Belém-Brasília)



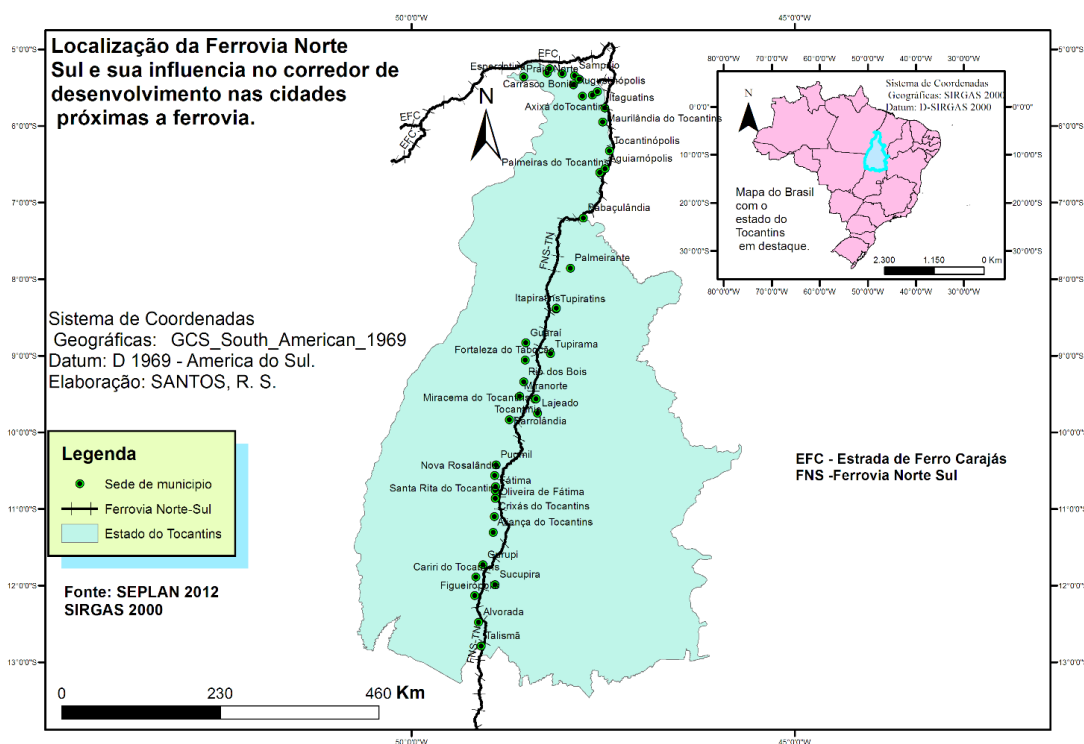
Fonte: Adaptado pelo autor, de imagens de domínio público

Na Amazônia, além da perda de uma parte significativa da Floresta Amazônica, pelo desmatamento, queimadas e pela ocupação desordenada, a população ainda permanece no isolamento, a exemplo, dos pequenos aglomerados urbanos que se formaram a partir da abertura de estradas como a Transamazônica, ainda inacabada. No cerrado tocantinense, a construção da rodovia BR-153, a principal via de escoamento da produção agrícola, não foi capaz de integrar todo o estado ao restante do Brasil, a exemplo da região do Jalapão. Como ressalta Lira (2011, p. 152):

Concluimos que, nem a hidrovía do Tocantins e muito menos a Belém-Brasília, foram suficientes para fazer a integração da região. A hidrovía esbarrou na sazonalidade da navegação, a Belém-Brasília deslocou o eixo um pouco para a esquerda, sem se integrar à região.

Outro eixo de integração nacional é a ferrovia Norte-Sul, que tem como objetivo escoar a produção do cerrado para o Porto de Itaqui no Maranhão. Santos (2013), ressalta que o principal objetivo da ferrovia é a ampliação das atividades do agronegócio. Será mais uma via de escoamento da produção de grãos para o mercado externo. A ferrovia Norte-Sul se estende pelo país da Região Sul a Região Norte, e no Tocantins, está paralela a rodovia Belém-Brasília no Tocantins. A ferrovia em toda a sua extensão tem vários pátios multimodais como o de Porto Nacional/Palmas, Aguiarnópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí e Gurupi, como ilustra o Mapa nº 2. Em outras palavras, podemos afirmar que a ferrovia Norte Sul constitui um eixo de (des)envolvimento para estimular o crescimento e (des)envolvimento regional no país. No Tocantins esta ferrovia favoreceu a ampliação da atividade econômica do agronegócio. Pelo mapa 02, ainda é possível observar a influência da ferrovia no processo de urbanização da região. Lembrando que várias cidades que ficam nas imediações da ferrovia já existiam antes de sua implantação.

Figura 2 – Mapa Ferrovia Norte-Sul no Tocantins



Fonte: Adaptado pelo autor, de imagens de domínio público

Entre os objetivos da criação dessa ferrovia, está presente o estímulo ao desenvolvimento econômico e integração territorial da malha viária intermodal nacional. Ampliar o escoamento de matéria-prima para os portos do Norte brasileiro

e fomentar o desenvolvimento regional. O agronegócio será uma das atividades econômicas que se beneficiará de forma significativa no quesito de transporte e escoamento de grãos para a exportação (SANTOS, 2013, p. 146).

Para o referido autor, a geografia dos transportes na fronteira sudeste da Amazônia ficará mais completa com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, também referida como Leste-Oeste. A sua construção está nos planos do governo federal. Ela passará pelos estados da Bahia e do Tocantins, ligando as cidades de Ilhéus (BA) e Figueirópolis (TO). Nesse trecho é onde ela se conectará com a Ferrovia Norte-Sul. Essa conexão elevará a logística no sudeste da Amazônia de forma satisfatória para o crescimento econômico da região.

## **DA FRONTEIRA AO ESPAÇO ESTRATÉGICO DO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS**

A fronteira pioneira trata-se de um primeiro momento da construção da espacialidade capitalista no país, a partir da penetração do projeto da modernidade nos diversos recortes espaciais interioranos. O objetivo foi criar condições para a reprodução capitalista no interior do país. Com isso, criar as condições necessárias para o povoamento e ocupação humana em terras consideradas não ocupadas pelo homem branco na Amazônia. Entretanto, até hoje há esse processo de ocupação do espaço amazônico. Na Amazônia de maneira geral, podemos dizer que no século XXI há espaços que representam ainda a frente pioneira conforme o conceito do sociólogo José de Souza Martins, mas já tem espaços que a fronteira capitalista (agrícola mecanizada e tecnológica - agronegócio).

Esta fronteira capitalista presente na Amazônia e no Tocantins se estabelece e se constrói dentro de uma lógica capitalista em que busca espaços que dispõem de condições favoráveis para sua reprodução. Os agentes econômicos em um processo de territorialização no espaço geográfico, procuram selecionar espaços que têm uma logística territorial que favoreça a busca de mais-valia como afirma o cientista social Karl Marx. No caso do agronegócio, a escolha destes espaços vai desde as características do solo, do clima até as condições que os programas de políticas públicas de investimentos podem proporcionar para o seu progresso econômico. Estes espaços seletivos que não são contínuos, mas articulados globalmente dentro do mercado representam os espaços que podemos denominá-los de espaços estratégicos do agronegócio no Tocantins, que veremos a seguir.

As políticas de (des)envolvimento e de investimento mais importante do governo federal de Getúlio Vargas com a Marcha para o Oeste no século XX foi fundamental para a ocupação econômica da Amazônia. Depois no governo Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília permitiu a ocupação econômica da Amazônia com a abertura de vias rodoviárias para a região. No governo militar, as políticas de (des)envolvimento regional teve impacto direto na região com os programas de Polecentro, Polamazonia, Prodecet etc. Estas políticas e programas de (des)envolvimento se resumiram em estratégias para a ocupação humana e econômica da Amazônia. Tais estratégias foram e são os condicionamentos para a instalação da atividade econômica do agronegócio na Amazônia. A atividade do agronegócio aliada à tecnologia, “adaptou-se” muito bem a topografia da região.

No Tocantins, o agronegócio chegou em alguns pontos estratégicos do seu espaço. O agronegócio adentrou as fronteiras do Tocantins, no início da década de 2000, com o intuito de explorar o cerrado e (des)envolver economicamente a região central do país, motivado pela generosidade do Estado brasileiro com a políticas de incentivos fiscais.

Basicamente, podemos identificar três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, a partir do sistema de investimentos públicos e privados destinados à expansão de áreas agrícolas no cerrado. A primeira pode ser convenionada de frente de investimentos privado que compreende a região de Formoso, Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia. No fim da década de 1970, o município de Formoso do Araguaia e a região do Médio Araguaia, desenvolveram a produção de grãos nas áreas de várzea e ipucas, destacando-se o arroz e a soja.

A segunda, a região do PRODECER III no município de Pedro Afonso, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federal e estadual, que tem como principal objetivo promover políticas de desenvolvimento regional baseadas na criação de novos projetos agropecuários, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias. É um modelo de desenvolvimento regional que parte de uma lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema de *comodities* internacionais e coloca a economia do Tocantins sob os ditames da economia global. Este modelo de (des)envolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

A terceira frente caracteriza-se pela iniciativa dos empresários baseada na grande lavoura de soja com sua logística territorial que vem se estabelecendo no estado, como resultado do avanço da fronteira agrícola no município baiano de Mimoso, atual Eduardo Magalhães e nos municípios tocantinenses de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros no sudeste do Jalapão. Os projetos de incentivo à produção no cerrado tocantinense, tornaram-o uma região atrativa ao capital do agronegócio. Os empresários advindos do sul do país encontraram no Tocantins, uma excelente oportunidade de expandir seus negócios, através da aquisição de terras a preços baixos, a existência de infraestrutura, quer seja pelas rodovias estaduais ou federais, que cruzam o estado, ou pela ferrovia Norte-Sul, e principalmente pelas propostas de financiamentos para o setor do agronegócio pelo poder público.

Em resumo, a formação do capitalismo do agronegócio no Tocantins, necessariamente, passou por estes condicionamentos históricos. Historicamente, o processo de ocupação econômica das terras do Tocantins tem se intensificado desde a criação da política de *Marcha para o Oeste* instituída nos anos de 1930. Os eixos de penetração para o progresso do capitalismo na região como o rio Tocantins, em um primeiro momento e posteriormente, com a construção da rodovia BR-153 e da ferrovia Norte Sul são fatores que contribuíram de forma direta para o avanço da atividade econômica do agronegócio no estado do Tocantins. No caso da rodovia, alterou, em grande parte, em um sentido “espontâneo” das frentes de expansão e a direção de ocupação demográfica e econômica do Tocantins, para a margem esquerda do rio Tocantins. Os programas de política de desenvolvimento regional como a SUDAM, Programa de Integração Nacional, POLAMAZONIA, POLOCENTRO, PRODECER III (em Pedro Afonso-TO), POLONOROESTE, o Programa Avança Brasil e o Programa de Aceleração para o Crescimento-PAC, também são fatores que contribuíram diretamente para a formação do



processo histórico do espaço agrário do Tocantins e, conseqüentemente, do capitalismo do agronegócio do Tocantins.

Segundo Lima (2014), a própria história da criação do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo. As terras baratas e políticas de incentivo à agricultura moderna para apropriar dos cerrados e a Amazônia tocaninense, são condicionantes históricos que proporcionaram para o desencadeamento do processo de avanço do capitalismo baseado na atividade econômica do agronegócio. O processo de urbanização no Tocantins avança a partir da década de 1990, após a criação do estado, reorganizando o espaço para a expansão do capital na fronteira do agronegócio nas décadas posteriores.

Com os avanços tecnológicos e os incentivos político-econômicos e tecnológicos somados a sua localização e as condições físico-climáticas fizeram do cerrado, uma área de interesse do agronegócio. A partir desse fato, é visível a mudança sofrida pela paisagem: a situação conflituosa e contraditória dos camponeses no campo que migraram para pequenos centros urbanos, e a ampliação de grandes latifúndios com seus “mares” de plantações de soja, entre outros grãos, etc., que passaram a dominar o cerrado.

O financiamento do governo brasileiro incentivou os produtores a investirem em tecnologias como a correção da acidez do solo, o emprego de máquinas, a utilização de adubos e sementes melhoradas e a irrigação do solo, para aumentar o potencial produtivo do cerrado. Além disso, investiu em projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, ferrovia, hidrovias e hidroelétrica.

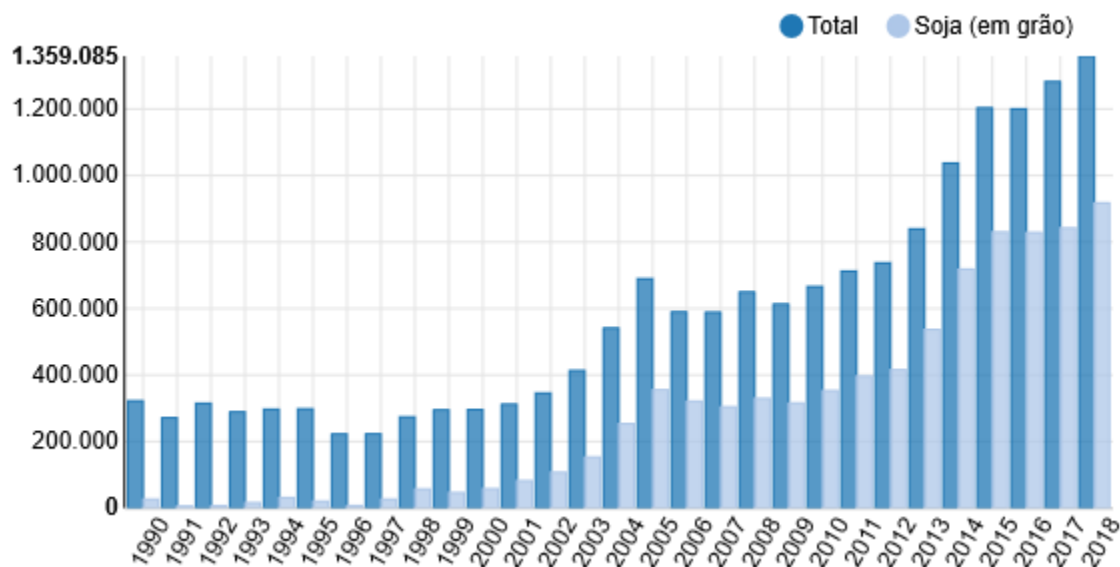
Nesse processo de avanço do agronegócio no cerrado do Tocantins, alguns municípios foram eleitos pelo capital agropecuário para a sua instalação, como: Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão etc. A escolha desses municípios pelo capital (agronegócio) se deve há diferentes razões, que vão desde a localização, infraestrutura, políticas de financiamento até o baixo valor das terras. A ocupação desses locais varia quanto à produção de grãos, sobressaindo-se a soja, que compreende a maior parte das terras ocupadas e, que soma o maior volume de exportação estadual.

O carro chefe do agronegócio no estado do Tocantins é a soja. Grande parte da produção da atividade econômica do agronegócio em Tocantins ainda é baseada em uma monocultura (a soja). A produção de eucalipto já vem avançando também, porém em menor proporção se comparado com a produção da soja. No Gráfico 01, podemos visualizar o avanço da produção da soja no estado do Tocantins entre os anos de 1990 a 2018. O que se percebe é que a produção a partir de 2012, houve uma evolução significativa da cultura da soja. Embora, esta produção vem acelerando em menor proporção desde de 1997.

Gráfico 1 – Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes

Unidade da Federação - Tocantins

Variável - Área colhida



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>

## CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PELO AGRONEGÓCIO

Uma das principais características do modo de produção capitalista é a seleção do lugar. Os incentivos fiscais, os projetos de infraestrutura e os financiamentos oferecidos pelo Estado têm representado um importante atrativo ao capital nacional e internacional. E é o fluxo do capital que define que áreas serão “luminosas” e quais serão “opacas”, como define Santos (1999, p. 304):

Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.

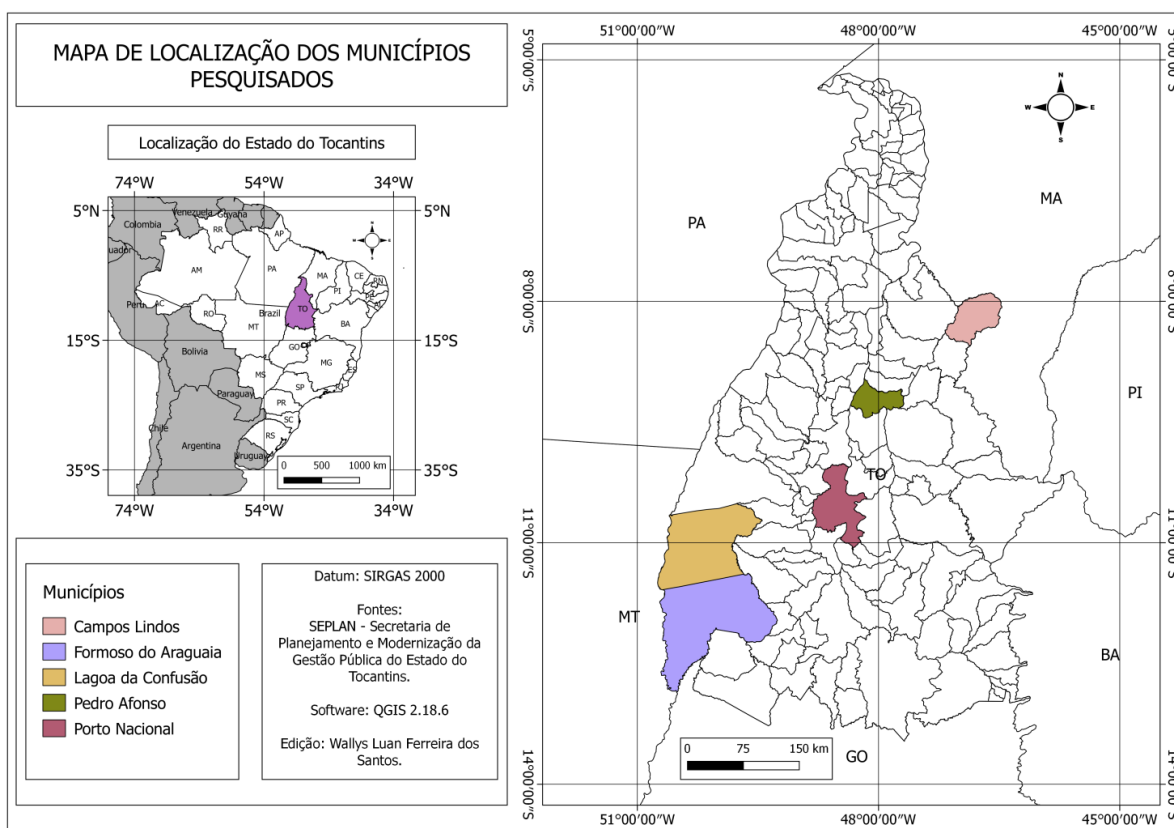
Para Santos (1999), atualmente, existem e as “regiões do fazer” e “regiões do mandar” e destaca que naquelas onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí está o centro do poder. Naquelas outras áreas onde os sistemas de objetos e o sistema de ações são menos complexos e menos inteligentes, aí está a sede da dependência, a incapacidade de dirigir a si mesmo. De acordo com a afirmação de Santos (1999), a ciência e a tecnologia não geografiza de forma homogênea no espaço. Este processo constrói os espaços do “mandar” (os centros do poder) e os espaços do “obedecer” (espaços da periferia). Os espaços estratégicos de nossa análise pode ser um exemplo do espaço do obedecer na periferia. Na verdade, os condicionamentos das políticas de (des)envolvimento regional juntamente com os avanços

tecnológicos constituem os fatores que propiciaram a criação dos espaços estratégicos na Amazônia e no Tocantins para a atividade do agronegócio no cerrado.

Em Tocantins existe um interesse do governo estadual em definir onde se instalarão a atividade econômica do agronegócio nos municípios. Isso é reforçado pelo discurso de (des)envolvimento propagado pelo Estado e pelos promotores do agronegócio que enfatizam a ideia de que a atividade econômica do agronegócio traz a prosperidade e crescimento econômico e cria melhores condições sociais. A exemplo desses municípios, temos Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Porto Nacional e Pedro Afonso que examinaremos a seguir. O mapa 03 a seguir ilustra a localização dos municípios analisados.

O município de Campos Lindos uma das áreas estratégicas do agronegócio está localizado a 491 km da capital Palmas, na microrregião do Jalapão, possui uma área de 3.240,18 km<sup>2</sup> e uma população de 8.139 habitantes, segundo o IBGE (2010). Foi instalado no início da década de 1990, desmembrado do município de Goiatins. A base de sua economia é a atividade agropecuária, destacando-se a produção de soja. Sua criação teve como objetivo de servir à produção agropecuária, devido à potencialidade de seus solos. O município é um exemplo de expansão da produção agrícola a partir da década de 1990. A região onde foi instalado o município foi escolhida pela “vocação” de seus solos à produção de grãos, tendo destaque a soja, muito procurada pelo mercado internacional.

Figura 3 – Mapa da Localização dos municípios analisados



Fonte: Seplan (2000)

Formoso do Araguaia é remanescente de um povoado que surgiu no final da década de 1940, sendo desmembrado do município de Cristalândia em 1963. O município conta com uma área de 13.423,38 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 18.427 habitantes, segundo o censo de IBGE (2010). É um município que o agronegócio está presente. Em 1979, o município foi contemplado pelo Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada que é a sua principal atividade econômica. Ao governo de Goiás competiu à elaboração de estudos sobre a região, o apoio técnico e o financiamento do projeto, o que atraiu investidores de outras regiões.

Para Barbosa (1996), para implantação do projeto, o governo desapropriou uma área e criou 3 cooperativas: Coopergran, Cooperformoso e Cooperjava. As terras foram desapropriadas de proprietários particulares, o que não enquadrava em terras devolutas da União. Estas terras desapropriadas foram repassadas às cooperativas, na forma de arrendamento. Segundo Barbosa (1996, p. 10), foi um arrendamento muito generoso que uma saca de arroz pagaria por um ano. As cooperativas tiveram a renda da terra sem imobilizar capital. Com a divisão do estado de Goiás, em que criou o estado do Tocantins, a União absorveu as dívidas das cooperativas. O projeto beneficiou diretamente alguns empresários, amigos e parentes do governador Ary Valadão. Em contrapartida, o projeto não incorporou o camponês da região.

O povoado que deu origem ao município de Lagoa da Confusão teve início em 1941, mas somente em 1991 foi desmembrado do município de Cristalândia. Sua população é de aproximadamente de 10.210 habitantes que ocupam uma área de 10.564,67 km<sup>2</sup>, de acordo com o censo de IBGE (2010). Sua principal atividade econômica é a agropecuária, destacando-se a produção de arroz e a criação de bovinos. Devido a essa atividade, o município de Lagoa da Confusão está entre os onze maiores PIB's do estado do Tocantins (SEPLAN, 2013). A região de Lagoa da Confusão pelo fato de compor a região do médio Araguaia teve a sua produção voltada também à produção de grãos de forma irrigada. As áreas de várzeas e ipucas no entorno da Ilha do Bananal são um grande atrativo à produção de grãos e ao desenvolvimento da pecuária. Atualmente, há o projeto PRODOESTE voltado para a produção agrícola irrigada com o objetivo de estimular o agronegócio no município.

No Vale do Javaés, o PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins se propôs beneficiar 14 municípios da região sudoeste, através da construção de barragens de acumulação de água da chuva e de elevações para controle de nível dos rios Formoso, Xavante, Dueré, Urubu, Pium e Riozinho. O benefício deste projeto segundo se apresenta, é também irrigar as áreas cultivadas no período de seca. Está previsto um empréstimo para investimentos no PRODOESTE da Secretaria do Tesouro Nacional com empréstimo junto ao BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) para investimentos no projeto. O PRODOESTE está orçado em US\$ 165 milhões e a maior parte desse valor, 60% será financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento. A contrapartida para a execução do projeto ficará a cargo do governo do Tocantins, que poderá fazer parcerias com o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional ou outras entidades financeiras.

As principais obras a serem realizadas, serão a construção de uma barragem de acumulação no Rio Pium e quatro barragens elevatórias de nível nos rios Pium e Riozinho, construção e melhorias das estradas vicinais. A elaboração do Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins (PRODOESTE) reflete a intenção do governo do estado em incentivar o (des)envolvimento de um polo de produção hidro-agrícola e agroindustrial na região, em função do potencial dos solos, da disponibilidade de recursos hídricos e da prática da agricultura irrigada.

O município de Pedro Afonso abrange uma área de 2.010,90 km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 11.539 habitantes (IBGE, 2010). É um dos municípios mais antigos do estado do Tocantins, seu povoamento data de 1845, elevado à condição de distrito em 1875, e emancipado em 1938. Em 2010, o município teve um grande destaque quanto à produção agropecuária, dando destaque à soja, à cana-de-açúcar e ao arroz (SEPLAN, 2013). É o município onde o governo federal implantou o PRODECER III. O PRODECER representa a terceira fase que em meados da década de 1990, os municípios de Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA) foram beneficiados pelo financiamento dos custos operacionais para a produção de grãos, principalmente a soja.

Este programa abriu espaço para o agronegócio. Pelo fato de ter sido incorporado pela terceira fase do programa nipo-brasileiro, denominado PRODECER III, o município de Pedro Afonso se tornou atrativo à produção de grãos. Em uma área de 40 mil hectares é a continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA, uma empresa de capital nipo/brasileiro.

O PRODECER foi um dos projetos da política nacional de (des)envolvimento, voltado diretamente ao (des)envolvimento regional do cerrado, que proporcionou resultados positivos à aristocracia do agronegócio. Projetado para desenvolver o potencial agrícola do cerrado, esse programa, sob a supervisão de parceiros japoneses, selecionou as áreas, os tipos de lavouras e técnicas que seriam empregadas, e o perfil dos colonos que ocupariam as terras com maior potencial para a produção.

O financiamento do PRODECER permitiu aos colonos subsidiarem a sua produção em larga escala para o mercado estrangeiro. A partir da implantação deste projeto houve um crescimento significativo na ocupação e cultivo de soja e cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso. Atualmente, a produção agropecuária é o carro-chefe do município com destaque a produção de cana de açúcar. Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e (des)envolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população de Porto Nacional era de 49.146 habitantes. A sua área é de 4.449,92 km<sup>2</sup> e está localizado na região central do estado do Tocantins. A ocupação da região que hoje é Porto Nacional é datada de 1722, no período de exploração do ouro em Goiás. A partir do surgimento do porto comercial que aconteceram os primeiros passos da comunidade rumo às áreas administrativas, intelectual, cultural e religiosa. Com essa estrutura, a evolução administrativa do lugar foi dinamizada. Em 1831, ano em que D. Pedro I abdicou ao trono, o julgado de Porto Real foi elevado a Porto Imperial. Após a contagem evolutiva de trinta anos da instalação de Porto Imperial, em 1861, por determinação de Resolução Provincial, nasceu Porto Nacional, importante polo cultural, político, econômico e social do então Norte Goiano, hoje estado do Tocantins (IBGE, 2010).

A ferrovia Norte-Sul que cruza o estado do Tocantins tem uma plataforma no município de Porto Nacional. A sua localização no centro do estado e o acesso à ferrovia fez do município um polo atrativo para o agronegócio, que vem avançando pelo estado de Goiás para a Amazônia. Em Porto Nacional já tem várias empresas do agronegócio, entre as quais, podemos destacar a Bunge, Granol Indústria Comércio e Exportação S/A e Pioneer sementes.

## AGRONEGÓCIO E (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO

O processo histórico de ocupação das terras tocantinenses levou ao (des)envolvimento do agronegócio de forma acelerada. Esse movimento faz parte de uma frente de expansão que avançou pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Bahia, e que possui uma inclinação para a tomada de outras regiões, principalmente com o plantio da soja. O (des)envolvimento do agronegócio na região é resultado das ações políticas do Estado que oferece as condições para que o capital se instale. É ele quem promove toda a infraestrutura necessária para que se expanda, mesmo com o sério comprometimento dos recursos naturais e os impactos nos territórios das comunidades tradicionais.

A partir da chegada do capital do agronegócio ao Tocantins, é possível constatar que as condições econômica e social da população, não é proporcional ao crescimento econômico criado pelo agronegócio. Ainda é possível observar que boa parte da população camponesa expulsa do campo para os pequenos centros urbanos, teve uma perda significativa quanto à qualidade de vida social e econômica. Pois, no mínimo, ficaram sem acesso à terra que produzia a renda necessária ao provimento de suas despesas e demandas.

Assim, é importante compreender em que medida o discurso do “Progresso e Desenvolvimento” propagado pelo Estado e pelo capital, é falacioso, e até que ponto há de fato uma melhoria de qualidade de vida, social e econômica da população dos municípios impactados diretamente pelas ações do agronegócio. O discurso mais propagado desde o período da ditadura militar no Brasil é o da chegada do “desenvolvimento e do progresso”. Como se todos os impactos negativos pudessem ser ignorados em detrimento dos benefícios advindos dos setores que movem a economia. Estas questões serão discutidas a seguir.

É possível observar que o PIB per capita dos municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional têm crescido nos últimos anos, devido à produção de soja, entre outros grãos. Como pode-se observar no Quadro 1, que em um período de 12 anos, o PIB per capita destes municípios mais que triplicou, destacando-se Campos Lindos, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional por apresentarem os aumentos mais expressivos no período entre 2002 e 2014. Inclusive, o PIB per capita dos municípios de campos lindos, lagoa da confusão e de Pedro Afonso ultrapassam os PIB per capita do Tocantins e do Brasil, no período analisado. Vale lembrar que o PIB per capita municipal representa uma média da produção anual e não significa exatamente uma distribuição de renda na vida real de cada habitante do município.

Quadro 1 – PIB per capita, segundo municípios - Tocantins 2002-2014

Municípios	PIB per capita (R\$)	PIB per capita (R\$)	PIB per capita (R\$)
	2002	2008	2014
Campos Lindos	6.131	16.137	34.868
Formoso do Araguaia	5.695	8.659	17.304
Lagoa da Confusão	6.854	16.268	36.542
Pedro Afonso	6.551	13.235	55.240
Porto Nacional	4.369	8.608	21.618
Tocantins	4.344	9.461	17.495
Brasil	8.440	16.400	28.500

Fonte: SEPLAN-TO, Diretoria de Pesquisa, 2014. Organizado por Palmeiras e Santos (2015).

A produção agropecuária é uma das principais atividades econômicas do estado do Tocantins. Ela está presente em todos os municípios do estado, seja na produção de grãos ou na criação de gado. Nos municípios escolhidos pelo agronegócio são desenvolvidas as duas atividades, que juntas contribuem para a elevação do índice do PIB estadual. No Quadro 2, podemos visualizar o rendimento obtido com a atividade agropecuária (grãos e criação de gado), a arrecadação em impostos sobre essas atividades e outras como indústria e comércio, o PIB municipal e a classificação do PIB estadual dos municípios analisados.

Entre os municípios analisados, Porto Nacional apresenta a melhor classificação do PIB ao nível estadual em 2010, ocupando a 5ª posição. Nos municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão a atividade agropecuária representa um valor considerável para compor o valor do Produto Interno Bruto, o que demonstra a força dessa atividade no estado do Tocantins, onde a atividade industrial ainda é incipiente. No ranking estadual, Porto Nacional e Formoso do Araguaia são os primeiros colocados na classificação do PIB municipal entre os municípios listados para o ano de 2010, conforme ilustra o Quadro 02.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, valor adicionado (va) por setor, e impostos, segundo municípios – Tocantins – 2010

Municípios	Agropecuária (1000 R\$)	Impostos (1000 R\$)	PIB (1000 R\$)	Classificação PIB estadual
Campos Lindos	68.589	14.930	161.233	17ª
Formoso do Araguaia	68.198	13.257	214.558	12ª
Lagoa da Confusão	78.124	8.794	170.220	16ª
Pedro Afonso	43.755	17.311	175.468	15ª
Porto Nacional	35.286	71.935	550.115	05ª
Tocantins	1.739.792	1.595.634	16.404.816	-

Fonte: IBGE/SEPLAN-TO, Diretoria de Pesquisa, 2010. Organizado por Palmeiras e Santos (2015).

Outros índices que podem e devem ser observados, dizem respeito ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Os municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional são os que possuem o melhor IDH dentre os cinco analisados para o ano de 2010 (Quadro 03), e estão entre os dez melhores no ranking estadual, sendo superados apenas pelos municípios de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína e Guaraí. O município de Campos Lindos possui o segundo pior índice de IDH no ranking estadual (138º) ficando à frente apenas do município de Recursolândia em um total de 139 municípios. A colocação de Campos Lindos na posição 138ª no ranking estadual é uma tese que deixa evidente que o agronegócio não possibilitou a elevação dos indicadores sociais no município e, não foi capaz de superar o ranking dos 137 municípios do estado. Observando o Quadro 3, podemos perceber que o município de Campos Lindos teve a maior taxa de crescimento do IDH na ordem de 58,60% entre 2000 e 2010. Entretanto, com esse aumento não foi capaz de acompanhar os demais municípios. No que diz respeito aos dados referentes ao nível nacional (Brasil) e do Tocantins tiveram taxa de crescimento em percentual do IDH, menor do que as taxas dos municípios de Pedro Afonso e Campos Lindos no período analisado.

Quadro 3 – População, IDH, taxa de crescimento e ranking estadual – 2010.

Municípios	Popul. censo	IDH	IDH	Taxa de crescimento (%) do IDH	Ranking
	2010	2000	2010	2010	(2010)
Porto Nacional	49.146	0,562	0,740	31,67	6º (Ranking estadual)
Pedro Afonso	11.539	0,546	0,732	34,07	7ª (Ranking estadual)
Formoso do Araguaia	18.427	0,507	0,670	32,15	34ª (Ranking estadual)
Lagoa da Confusão	10.210	0,479	0,627	30,90	82ª (Ranking estadual)
Campos Lindos	8.139	0,343	0,544	58,60	138ª (Ranking estadual)
Tocantins	1.383.453	0,525	0,699	33,14%	14ª (Ranking dentro da federação)
Brasil	190.747.855	0,612,	0,727	28,24%	73ª (ranking entre 169 países)

Fonte: Atlas 2013 – PNUD. Organizado pela autora. Organizado por Palmeiras e Santos (2015).

É importante analisar o quão, contraditória é a realidade socioeconômica desses municípios. Campos Lindos possui o segundo pior IDH (138ª) e ocupa a 12ª posição no ranking do PIB agropecuário estadual (Quadro 2). Lagoa da Confusão está em 82º lugar em IDH e possui o 16º maior PIB agropecuário do estado do Tocantins, à frente de Formoso do Araguaia que está na 34ª colocação no IDH, e em décimo segundo no PIB agropecuário, conforme ilustra o Quadro 2. Dos cinco municípios estudados, apenas Porto Nacional e Pedro Afonso não apresentam uma grande disparidade entre suas posições no IDH e no PIB agropecuário estaduais.

No quesito IDH educação, Campos Lindos teve um aumento significativo, passou de 0,126 para 0,377 no período de 2000 e 2010, conforme ilustram os Quadros 4 e 5. No Quadro 04, podemos perceber que o município de Campos Lindos tem o pior desempenho dos indicadores sociais entre os municípios analisados, tanto no IDH educação, longevidade e renda para o ano de 2000 como para o ano de 2010, conforme podemos visualizar nos quadros 4 e 5. Lembrando que o município de Campos Lindos é um dos maiores exportadores de *commodities* agrícola do estado.

Quadro 4 – Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes – 2000

Municípios, UF e Brasil	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH renda
Porto Nacional	0,406	0,708	0,619
Pedro Afonso	0,376	0,730	0,592
Formoso do Araguaia	0,326	0,669	0,599
Lagoa da Confusão	0,281	0,659	0,595
Campos Lindos	0,126	0,607	0,527
Tocantins	0,348	0,688	0,605
Brasil	0,456	0,692	0,727

Fonte: Atlas 2013 – PNUD. Organizado por Palmeiras e Santos (2015).



Quadro 5 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes – 2010

Municípios, UF, Brasil	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
Porto Nacional	0,701	0,826	0,699
Pedro Afonso	0,664	0,846	0,699
Formoso do Araguaia	0,587	0,801	0,640
Lagoa da Confusão	0,496	0,787	0,630
Campos Lindos	0,377	0,738	0,578
Tocantins	0,624	0,793	0,690
Brasil	0,637	0,739	0,816

Fonte: Atlas 2013 – PNUD. Organizado por Palmeiras e Santos (2015).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, os municípios de Porto Nacional e Pedro Afonso estão na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Na faixa entre 0,6 e 0,699 de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) estão Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. E na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo está o município de Campos Lindos (IDHM entre 0,5 e 0,599). Isto significa dizer que o avanço do agronegócio nestes municípios não trouxe benefícios para toda a população. Os menores índices indicam um nível maior de pobreza de grande parte da população.

Observando o Quadro 06, podemos perceber que só o município de Campos Lindos aumentou o percentual dos ocupados com rendimentos até 2 salários mínimos entre 2000 e 2010. Os outros municípios acompanham a dinâmica nacional, isto é, tiveram uma diminuição desse percentual entre 2000 e 2010. No quesito de percentual dos ocupados sem rendimento<sup>3</sup> com 18 anos ou mais, o município de Lagoa da Confusão tinha maior percentual em 2000, cerca de 18,17% e caiu para 5,15% em 2010. Campos Lindos apresentou o maior percentual neste quesito cerca de 23,36% no ano de 2010. Porto Nacional pelo contrário dos outros municípios, aumentou o percentual de 4,76% para 5,87% no período de 2000 a 2010. De uma maneira geral, houve uma queda do percentual dos ocupados sem rendimento dos municípios acompanhando a dinâmica estadual e nacional no período de 2000 a 2010.

Quadro 6 – Percentual dos ocupados sem rendimento e dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos 18 anos ou mais

Municípios	Ano de 2000	Ano de 2010	Ano de 2000	Ano de 2010
	% dos ocupados sem rendimento 18 anos ou mais	% dos ocupados sem rendimento 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos 18 anos ou mais
Brasil	6,15	5,58	72,48	69,56
Tocantins	10,85	8,84	83,69	73,94
Campos Lindos	-	23,36	85,72	88,16
Formoso do Araguaia	10,38	8,92	83,93	79,85
Lagoa da Confusão	18,17	5,15	86,15	80,7
Pedro Afonso	6,80	4,34	83,80	66,91
Porto Nacional	4,76	5,87	80,38	73,33

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

<sup>3</sup> Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e sem rendimento do trabalho e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100. Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>

No que diz respeito ao índice de Gini<sup>4</sup> que representa a desigualdade social, o município de Campos Lindos tem o maior índice do que os demais municípios listados, inclusive maiores do que o estadual e nacional entre 2000 e 2010, conforme ilustra o Quadro 7. No período de 1991 a 2010, os municípios de Campos Lindos e Lagoa da Confusão aumentaram o índice de desigualdade social, indo na contramão dos demais, inclusive para o patamar estadual e nacional. Pedro Afonso detém o menor índice de Gini para o ano de 2010, conforme demonstra o Quadro 07. Dentre os municípios listados, Campos Lindos apresenta maior desigualdade social.

Quadro 7 – Índice de Gini.

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	0,63	0,64	0,60
Tocantins	0,63	0,65	0,60
Campos Lindos	0,56	0,70	0,67
Formoso do Araguaia	0,56	0,61	0,52
Lagoa da Confusão	0,49	0,66	0,51
Pedro Afonso	0,57	0,59	0,50
Porto Nacional	0,58	0,60	0,54

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

Observando do Quadro 08, podemos perceber que os municípios de Campo Lindos (27,27%) e Pedro Afonso (29,80%) detêm o menor percentual no quesito grau de formalização dos ocupados para o ano de 2000. Isso significa dizer que estes municípios têm maior percentual de ocupados não formalizados. O município de Lagoa da Confusão na contramão dos demais municípios e dos patamares estadual e nacional no período de 2000 a 2010, o grau de formalização dos ocupados diminuiu de 34,38% em 2000, para 34,17 em 2010.

No quesito de percentual dos ocupados com ensino médio completo, os municípios de Campos Lindos (24,62%) e Lagoa da Confusão (31,44%) tem o menor patamar entre os municípios listados, inclusive, para o patamar estadual e nacional para o ano de 2010. Os municípios de Pedro Afonso (52,79%) e Porto Nacional (49,74%) detêm o maior percentual dentre os municípios listados, superando inclusive, o estadual e nacional para o ano de 2010.

Quadro 8 – Grau de formalização dos ocupados 18 anos ou mais e percentual dos ocupados com médio completo 18 anos.

Municípios	Ano de 2000	Ano de 2010	Ano de 2000	Ano de 2010
	Grau de formalização dos ocupados	Grau de formalização dos ocupados	% dos ocupados com médio completo	% dos ocupados com médio completo
Brasil	51,63	59,32	30,84	44,91
Tocantins	35,60	47,16	23,19	45,29
Campos Lindos	27,27	30,60	11,71	24,62
Formoso do Araguaia	30,53	42,50	19,21	38,03
Lagoa da Confusão	34,38	34,17	18,38	31,44
Pedro Afonso	29,80	57,59	21,84	52,79
Porto Nacional	44,32	47,91	27,38	49,74

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

<sup>4</sup> É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>.

Observando o Quadro 09, percebe-se que os municípios listados e o patamar estadual e nacional no quesito de taxa de desocupação com 18 anos ou mais tiveram uma diminuição considerável no período de 2000 a 2010. O município de Campos Lindos reduziu drasticamente, de 55,98% para 16,69% no período de 2000 a 2010. Entretanto, continua com percentual muito elevado se comparado com os demais municípios e com o nível estadual e nacional. Dentre as unidades espaciais analisadas, neste quesito, o município de Campos Lindos tem a maior taxa de desocupação, situação que é questionável para um município agroexportador de *commodities*.

Quadro 9 – Taxa de desocupação 18 anos ou mais.

Municípios	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	13,82	7,29
Tocantins	12,53	6,90
Campos Lindos	55,98	16,69
Formoso do Araguaia	13,24	8,21
Lagoa da Confusão	16,14	4,09
Pedro Afonso	13,31	6,07
Porto Nacional	14,40	6,17

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

Analisando o Quadro 10, constata-se que o percentual de extremamente pobres, dentre os municípios analisados, Campos Lindos é o que tem maior índice da ordem de 33,22% em 1991, de 43,05% em 2000 e de 31,11% em 2010, inclusive acima dos patamares estadual e nacional. Os municípios de Lagoa da Confusão (7,39%), Pedro Afonso (4,10%) e Porto Nacional (4,03%) detêm o menor percentual de extremamente pobres no conjunto analisados. Pedro Afonso e Porto Nacional têm percentuais abaixo do patamar estadual e nacional para o ano de 2010. Neste quesito, estes dois municípios estão em uma posição razoável, conforme demonstra o Quadro 10.

Quadro 10 – Percentual de extremamente pobres<sup>5</sup>

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	18,64	12,48	6,62
Tocantins	31,86	22,28	10,21
Campos Lindos	33,29	43,05	31,11
Formoso do Araguaia	32,42	21,11	12,31
Lagoa da Confusão	30,89	23,77	7,39
Pedro Afonso	20,43	15,49	4,10
Porto Nacional	19,94	15,44	4,03

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

Conforme sinaliza o Quadro 11, os municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão ainda apresentam um percentual de pobres relativamente elevados para o ano de 2010. Os municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional detêm o menor percentual de pobres para o ano de 2010, inclusive com menor percentual do que o estadual e nacional. Observando o Quadro 11, percebemos que os percentuais de pobres em todos os municípios listados e nos níveis estadual e nacional tenderam a cair no período de 1991 2010. Essa tendência sinaliza um

<sup>5</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

avanço dos indicadores sociais nas unidades espaciais listadas. Entretanto, o percentual de pobres de Campos Lindos ainda continua muito alto por volta de 51,98% em 2010.

Quadro 11 – Percentual de pobres<sup>6</sup>

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	38,16	27,90	15,20
Tocantins	59,08	45,18	22,15
Campos Lindos	72,98	62,43	51,98
Formoso do Araguaia	56,26	45,01	22,09
Lagoa da Confusão	65,85	48,46	24,83
Pedro Afonso	46,64	41,92	12,59
Porto Nacional	43,94	37,54	13,79

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2013. Organizado pelo autor

O município tocantinense de Ponte Alta do Tocantins ainda não foi impactado pelas atividades do agronegócio, mas está na faixa de desenvolvimento médio (entre 0,6 e 0,699), índice superior ao de Campos Lindos, (exportador de commodities) o que induz a pensar que o crescimento da atividade econômica do agronegócio e o crescimento do IDH não são proporcionais. Segundo o Atlas de 2013, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi o da educação, seguida pela longevidade e pela renda. Isso se deve a uma política do governo federal de elevar o conceito da educação brasileira, a partir da inclusão das crianças nas escolas, e atualmente, nas idades corretas. Outro fator que pode ter influenciado esse resultado foi o aumento da população urbana, o que possibilita a inclusão de crianças nos estabelecimentos de ensino. E também o auxílio financeiro, denominado de bolsa família, que exige que os beneficiários estejam matriculados nas redes municipais ou estaduais de ensino.

A partir dos dados sobre o percentual de pobres e ricos na última década de 2010, é possível comprovar o quão desproporcional é a distribuição de renda nos municípios analisados. É nítida a concentração de renda em uma parcela pequena da população, em detrimento de uma maioria com índices de pobreza alarmantes, a exemplo de Campos Lindos. É perceptível que os índices de crescimento econômico, como o PIB, não são proporcionais aos índices as condições econômicas e sociais da população, o que comprova que o discurso de desenvolvimento propagado pelo Estado e pelos promotores do agronegócio é questionável. De maneira geral, o crescimento econômico não significa distribuição de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desse estudo foi comparar o crescimento econômico com os indicadores sociais dos municípios analisados, impactados pela chegada das atividades do agronegócio no Tocantins e observar o desempenho dos indicadores sociais no período estudado. Foi possível constatar que ainda existem índices de pobreza, apesar da produção de riquezas. Entretanto, é importante salientar que os índices apontados pelo Atlas de 2013 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) baseiam-se em dados

---

<sup>6</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

quantitativos e específicos, que apontam um crescimento relativo aos índices estaduais, representando um valor aproximado – uma média.

Para compreender a dinâmica do agronegócio e as relações que ele estabelece com o Estado e com a comunidade local, foi necessário fazer um retrospecto histórico do Brasil, desde a década de 1930 até o ano de 2010. Entender como a ocupação do cerrado tocantinense é o resultado de políticas públicas voltadas ao (des)envolvimento regional e à integração do Brasil, a partir da ocupação do cerrado e da Amazônia.

Os impactos negativos provenientes do agronegócio são de grandes proporções. A grande concentração de terras para a produção de monoculturas como a soja acaba apropriando dos espaços produtivos dos pequenos proprietários de terras. Por outro lado, esses camponeses não dispõem de recursos financeiros para investir em tecnologia para produzir em maior escala e concorrer com o grande produtor. Os cursos d'água são por vezes contaminados pelos agrotóxicos utilizados nas plantações, e em áreas de plantio de cana-de-açúcar, por exemplo, o ar fica bastante comprometido devido às queimadas dos canaviais. Esses são exemplos de alguns impactos que levam a população camponesa, em muitas situações, a venderem suas propriedades e migrarem para aglomerados urbanos.

Os grandes latifúndios muito embora concentrem uma grande área de lavoura, não empregam muitos trabalhadores, parcela da mão de obra oferecida é automatizada. O plantio e a colheita da produção são realizados de forma mecanizada e sazonal, o que exige uma mão de obra técnica, muitas vezes não absorvendo a mão de obra disponível nas regiões em que se instalam.

O produto das monoculturas, como a soja, o arroz, a cana de açúcar, entre outros, não são beneficiados, em sua maioria nas regiões onde são produzidos. No Tocantins pela ausência de indústrias e agroindústria acarreta uma arrecadação de impostos menor, sobre as atividades que desenvolvem nos municípios. Em outras palavras, a matéria prima não é processada por aqui.

Nos municípios do agronegócio há um número crescente de pessoas que migram de outras cidades, ou até mesmo do campo, em busca dos benefícios propagados pelos produtores do agronegócio e do crescimento da economia, em consequência, aumenta-se a demanda por serviços de saúde, educação, moradias. Perante a esse cenário, os gestores nos municípios precisam equacionar essas novas demandas. O que se percebe é que os gestores não têm uma posição política responsável perante a essas demandas.

Desde os governos militares até a retomada da democracia política, o que se pode observar é um conjunto de estratégias, planos e metas que se resumem em uma única finalidade: elevar o (des)envolvimento regional em uma perspectiva economicista e servir ao capital nacional e estrangeiro. Os programas de integração nacional e os eixos de integração construídos na Amazônia e no cerrado brasileiro tiveram o propósito de promover o (des)envolvimento regional e econômico, mas as condições sociais de suas populações ficaram apenas no discurso. O alvo foi a exploração dos recursos naturais para proporcionar o enriquecimento de uma pequena camada da sociedade composta por grandes empresários brasileiros e estrangeiros. Por outro lado, a população do interior do Brasil ainda está no isolamento geográfico, econômico e social.

O diálogo com os autores que discutem a ocupação do cerrado a partir do PND e seus projetos de desenvolvimento como o POLAMAZÔNIA, PRODECER, POLONOROESTE, entre outros, possibilitou constatar que o Estado é quem possibilita a exploração dos territórios. Suas ações estão voltadas em primeira instância à economia, ao capital nacional e estrangeiro, em detrimento das questões sociais e ambientais, que precisam ser consideradas. O PRODECER, assim como o POLOCENTRO e o POLAMAZÔNIA estiveram voltados principalmente ao crescimento econômico. Os prejuízos ambientais e sociais não foram motivo de preocupação para o governo brasileiro que investiu maciçamente para que a produção agropecuária avançasse pelo cerrado e pela Amazônia. A filosofia destes programas primeiros é criar riquezas, para depois se pensar em distribuir a riqueza e amenizar as desigualdades regionais.

Não existem dúvidas quanto ao crescimento da produção brasileira e nem quanto ao seu potencial econômico, mas os prejuízos ambientais e sociais no cerrado necessitam ser considerados. Como explica Pires (2000, p. 126):

É também importante mencionar os principais efeitos ambientais desse processo. Esse ecossistema tem sofrido vários problemas encontrados na modernização da agricultura brasileira: o empobrecimento genético, a compactação e erosão dos solos, a contaminação química das águas e a biota, a irrigação destrutiva etc.

O referido autor coloca que a atividade econômica do agronegócio acarreta diversos impactos ambientais desde a erosão dos solos até o comprometimento da biodiversidade do cerrado. O agronegócio é uma atividade concentradora e altamente excludente do ponto de vista social, é o capital voltado às atividades agrícolas e à rentabilidade da terra. Suas principais características são os grandes latifúndios e as chamadas empresas rurais, o emprego de alta tecnologia e uma produção voltada principalmente ao mercado externo - *commodities*.

As consequências da implantação do agronegócio em qualquer região do Brasil, como têm ocorrido no cerrado, são: concentração de terras com a expulsão do camponês de sua pequena propriedade; desemprego rural, devido à utilização de máquinas que substituem a mão de obra de dezenas de trabalhadores e pelo processo de expropriação dos meios de produção do camponês; prejuízos ambientais, como a compactação do solo, o aumento de pragas pela falta de rotação de culturas e pelo desmatamento, a contaminação do solo e da água pelos produtos químicos tóxicos usados nas lavouras.

Em relação ao crescimento do agronegócio no Tocantins, é possível afirmar que há um crescimento econômico significativo dos municípios analisados. Entretanto, o crescimento econômico não é capaz de reduzir os índices de pobreza e de concentração de renda e acentua o processo de exclusão social. Dessa forma, é necessário que o Estado garanta as condições sociais e econômicas da sociedade. Ele como agente regulador deve garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as pessoas sejam assistidas em seus direitos e tenham qualidade de vida, e não expropriadas de seus espaços, dos territórios que habitam.

Os conceitos teóricos de desenvolvimento estão associados a uma interpretação positivista em que procura entender as nações e regiões levando em conta que a formação destes espaços, necessariamente, passam por estágios diferentes. É a dialética de país desenvolvido, país subdesenvolvido, país em desenvolvimento, ou ainda, país emergentes. É uma visão unilateral, ou seja, é como se fosse necessário que todas as nações e regiões do planeta adotassem este modelo de forma unilateral. É a ideia de ocidentalização do mundo. É uma ideia

que os países ricos impõem aos países periféricos através das políticas bilaterais de desenvolvimento e planejamento.

Santos (1978) afirma que não é exagero dizer que o planejamento (das políticas públicas de planejamento) adotado nos países subdesenvolvidos industrialmente é instrumento de manutenção. Para este geógrafo, o planejamento consagra em um sistema formal e programático, em que o planejamento perdeu seu *status* científico. Tornou-se uma ideologia. Tal planejamento não é ciência. A ideia foi persuadir Estados e povos não industrializados sobre as vantagens daquilo que se chamou de desenvolvimento. Venda da ideologia do crescimento. Países pobres deveriam adotar os modelos dos ricos para superar a pobreza. Os países ricos passaram a dominar política e economicamente, os países mais pobres através da dependência econômica e tecnológica. A partir dessa interpretação sobre a concepção de desenvolvimento é que foi adotado a noção de (des)envolvimento regional trabalhado no texto.

## REFERÊNCIAS

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **2013**. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: julho. 2014.

BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira Amazônica**. O projeto Rio Formoso. Campinas-SP: Papirus, 1996.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Salvador-BA. a. 19, n. 37, p. 6 – 34, ago. 2017.

CALAÇA, M. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, R. et al. (Org.). **Território e Diversidade Territorial do Cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Ed. Kelps, 2013, p. 19-36.

GIRALDIN, O. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002, p. 109-135.

IBGE (Instituto de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico -2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: jul. 2014.

IBGE (Instituto de Geografia e Estatística). **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio/ago. 2002.

LIMA, D. A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 2014. Dissertação (Mestrado em geografia na área de análise ambiental e dinâmica territorial). Universidade Estadual de Campinas Instituto de Geociências de Campinas – SP, 2014.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Ed. Kelps, 2011.

MARTINS, J. S. **Fronteiras: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social. Rev. Sociologia**. USP, S. Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MONBEIG, P. **Pionniers et Panteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952.

NOGUEIRA, C. E. Fronteiras e frentes pioneiras: aproximações teóricas. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 1135-1154, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**. Políticas públicas para a Amazônia. 2.ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, jan/dez. 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RODRIGUES, D. B.; CABRAL, J. P. C. O projeto Rio Formoso e a chegada da reprodução ampliada do capital na região do Médio Araguaia: 1980-2012. In: SANTOS, R. et al. (Orgs.). **Território e diversidade territorial do cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Ed. Kelps, 2013, p. 151-170.

RODRIGUES, W.; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. K. Análise da efetividade socioeconômica do Prodecer III no município de Pedro Afonso, Tocantins. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, out/dez. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, R. S. Eixos de desenvolvimento regional no Tocantins. In: SANTOS, R. et al. (Orgs.). **Território e diversidade territorial do cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Ed. Kelps, 2013, p. 135-149.



SEPLAN (Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Tocantins). **Perfil socioeconômico dos municípios do estado do Tocantins**, (2010/2013/2014). Disponível em: <[www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br)>. Acesso em: jul. 2015.

SILVA, O. B. **Breve história do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 1996.

SILVA, I.; VINHAL, M. C. **À sombra da estrada**: a Belém- Brasília e a fundação da cidade de Colinas-1960/1965: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, 2008.

SOUZA, S. M. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair (Org). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia. Ed. UFG. Palmas. Unitins, 2002, p. 351-394.

VINHAL, M. C. B. **Colinas do Tocantins**: desenvolvimento e transformações ambientais. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia/UFAM-Manaus, 2009.

#### AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro da PRO-REITORIA de Pesquisa – PROPESQ – Universidade Federal de Tocantinse e financeiro do CNPq.